

A VERDADE FRAGILIZADA NA CONFUSÃO DEMOCRÁTICA

Truth weakened in democratic confusion

La verdad debilitada en la confusión democrática

João Figueira¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i29.15003

Resumo: A democracia é o reino do excesso (Rancière, 2014), o que faz dela um território permeável a todo o tipo de ataques, incluindo a mentira, o populismo radical de direita e a desinformação (Southwell et al, 2018; Wardle & Derakshan, 2017, Figueira, 2023). Os níveis de confiança nos políticos e nas instituições, por seu lado, têm vindo a baixar na maioria dos países ocidentais (Giddens, 2010), tendência que é vista como consequência dos ataques e acusações que a mídia lhes move.

Palavras-chave: Democracia. Verdade. Mentira. Mídia.

Abstract: Democracy is the realm of excess (Rancière, 2014), which makes it a territory permeable to all types of attacks, including lies, radical right-wing populism and disinformation (Southwell et al, 2018; Wardle & Derakshan, 2017, Figueira, 2023). Levels of trust in politicians and institutions, in turn, have been falling in most Western countries (Giddens, 2010), a trend that is seen as a consequence of the attacks and accusations leveled at them by the media.

Keywords: Democracy. True. Lie. Media.

Resumen: La democracia es el reino del exceso (Rancière, 2014), lo que la convierte en un territorio permeable a todo tipo de ataques, incluidas la mentira, el populismo radical de derecha y la desinformación (Southwell et al, 2018; Wardle & Derakshan, 2017; Figueira, 2023). Los niveles de confianza en los políticos y las instituciones, a su vez, han ido cayendo en la mayoría de los países occidentales (Giddens, 2010), tendencia que se considera consecuencia de los ataques y acusaciones vertidas contra ellos por parte de los medios de comunicación.

Palabras-clave: Democracia. Verdad. Mentira. Media.

¹ Doutor, professor de Jornalismo na Universidade de Coimbra, Portugal. jotajotafigueira@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-2344-9789>.

Artigo submetido em: março/2024. Aprovado em: abril/2024.

Esferas, ano 14, vol. 1, nº 29, janeiro-abril de 2024 | ISSN 2446-6190

Revista Esferas tem seu conteúdo sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)



A capa da revista Time de 3/04/2017 antecipava uma das maiores interpelações com que hoje a informação jornalística se confronta: “A verdade morreu?”. A pergunta remete diretamente para a questão da desinformação e das *fake news*, mas o sentido mais profundo do seu questionamento tem que ver com as razões menos visíveis desses fenômenos contemporâneos, que abalam o próprio estado democrático e as práticas jornalísticas (Figueira, 2023).

Sendo um dos problemas mais sensíveis do nosso tempo, por via da tecnologia que armou cada cidadão com os mecanismos e os instrumentos de cada um poder, individualmente, combater a verdade e espalhar mentiras e ódio, ele é, todavia, um perigo e uma ameaça, desde sempre.

Há pouco mais de um século, Joseph Pulitzer já se questionava num extenso artigo, posteriormente convertido em livro, acerca de qual seria o estado da sociedade e da política da nossa república dentro de 70 anos: “Conservaremos um governo baseado na Constituição e na igualdade de todos os cidadãos perante a lei e na pureza da justiça, ou seremos governados pelo dinheiro ou pela máfia?” (Pulitzer, 2011, p. 108).

As palavras prudentes e cautelosas de Pulitzer, mais interessadas em discutir as funções do jornalismo e as suas relações com a sociedade, ou seja, perceber o seu contributo para o reforço da democracia, estavam muito longe do diagnóstico contemporâneo de Margaret Sullivan (2022), para quem “a presidência de Nixon teria sobrevivido” (Washington Post, 29 maio 2022) no atual quadro midiático. Contudo, a ideia de responsabilidade social e de ator cívico e informativo capaz de escrutinar os diversos poderes das instâncias do estado democrático constituem denominador comum ao pensamento de Pulitzer e às preocupações de Margaret Sullivan.

A grande diferença, para esta professora da Duke University (EUA) e ex-jornalista, é que o ecossistema midiático está de tal modo fragmentado e as empresas de mídia tão menos confiáveis, que o processo Watergate, que em agosto de 1974 culminou com a resignação de Nixon à presidência, dificilmente teria hoje um fim semelhante: “Ao invés da década de 1970, quando a mídia liderou o processo de afirmar a verdade como interesse público, contribuindo, assim, para que o então presidente fosse presente à justiça, durante a presidência de Trump isso foi uma impossibilidade” (Sullivan, WP, 29/05/2022).

A mesma investigadora considera, aliás, nesse seu raciocínio, que não foi apenas a mídia que mudou — foi todo o ambiente midiático que se alterou também. Nas últimas décadas o mundo mudou bastante por força dos avanços tecnológicos que revolucionaram os nossos hábitos e os nossos processos de comunicação. A instantaneidade e a ubiquidade, manifestadas no modo como agora todos nos ligamos em rede (Bradshaw, 2014), acabam por influenciar inexoravelmente o modo como se produz e distribui a informação.

Tais mudanças abrangem, evidentemente, a forma de fazer política (Innerarity, 2016 e 2021), em cujo exercício a velocidade, a superficialidade e as fragilidades em torno da verdade sobressaem como sintomas claros das sociedades contemporâneas, onde as “distrações informativas que fragmentam a nossa atenção”, como salienta a este respeito o filósofo e teórico da mídia Byung-Chul Han (2022, p. 94), apenas produzem “a compulsão da comunicação” (Han, 2022, p. 85).

A democracia surge, assim, como esse reino do excesso de que nos fala Rancière (2014) e em cujo seio, por via da sua abertura, os seus inimigos se insinuam para a sabotarem e fazer implodir. Porém, até que ponto a mídia, como se questiona Kent Asp (2007), não está a ser ela própria uma

ameaça à democracia, no sentido em que a imagem que ela nos transmite “é a de políticos em que não se pode confiar e instituições que não funcionam”, como anteriormente havia sido já assinalado por Thomas Patterson (2002, p. 39)? Na mesma linha de pensamento, Giddens (2010) chama a atenção para o facto de os níveis de confiança nos políticos terem vindo a baixar na maioria dos países ocidentais, em consequência, na esteira da observação de Asp (2007), dos ataques e acusações que a mídia lhes faz.

Estas observações implicam um duplo olhar sobre a qualidade e profundidade da informação produzida e difundida pela mídia, e uma observação atenta acerca do respeito escrupuloso pelas normas deontológicas da profissão. Se, como salienta Bucci (2021), vivemos hoje na “instância da imagem ao vivo” (pp. 47-48), a qual tem um efeito totalizante e homogeneizador, de forma a “unificar o mundo para compactá-lo” (Bucci, 2021, p. 48), tal significa que estamos imersos numa lógica industrial de produção de informação rápida com o objetivo de alimentar os ciclos comunicacionais contínuos. Por outro lado, no entanto, emergem os princípios normativos da profissão de jornalista que apelam a práticas mais regradas, conscienciosas e responsáveis.

Neste sentido, afinamos a nossa perspetiva pela de Joaquim Fidalgo (2004), para quem o jornalista, “para defender a democracia e o prestígio das instituições democráticas, tem que seguir exemplarmente as regras éticas e deontológicas da sua profissão” (p. 146). Tal entendimento tem implícita a ideia de que a melhor maneira de defender a democracia e melhor a compreender “não é esconder as deficiências, as falhas, os males; pelo contrário é expô-los. Objetiva e rigorosamente, mas expô-los. Para que se saiba — e para que se melhore” (Fidalgo, 2004, p. 147).

O problema é que neste *admirável mundo novo* o olhar sobrepõe-se ao pensar, na medida em que a imagem venceu a palavra; isto é, o *logos* que durante séculos marcou a racionalidade assente no jogo argumentativo e explicativo, cedeu o seu lugar central ao *pathos*, onde os atos de comunicação procuram estabelecer conexões emocionais através do uso de imagens e sons especialmente pensados para nos falarem aos sentidos (Figueira, 2023).

“Agitadores de sentimentos”

Em *Páginas íntimas e de auto-interpretação*, Fernando Pessoa escreve a certa altura que “as sociedades são conduzidas por agitadores de sentimentos, não por agitadores de ideias”, para sustentar que “o público não quer a verdade, mas a mentira que mais lhe agrada” (1966, p. 74). Nessa obra escrita há perto de 100 anos, portanto numa fase de emergência das ditaduras e regimes autoritários na Europa, Pessoa considerava, então, que “o público não compreende ideias complexas” e por isso é “preciso dar-lhe só ideias simples, generalidades vagas, isto é, mentiras, ainda que partindo de verdades” (1966, p. 74).

Transpondo os “agitadores de sentimentos” para o tempo presente, em que na Europa (e não só) se assiste a um ressurgimento, com várias nuances, de antigos populismos radicais de direita, teremos os manipuladores das emoções, aqueles que, embora partindo de uma meia-verdade, tecem as mentiras e a desinformação que alimentam as convicções e reforçam os preconceitos das audiências disponíveis e permeáveis a tais discursos. É por esta linha de raciocínio que vai também a obra de Murray (2020), *A insanidade das massas*, em cujas páginas o autor lança um olhar impiedoso às pessoas que, tanto na esfera pública como privada, “estão a comportar-se de forma cada vez mais

irracional e febril seguindo o rebanho ou sendo simplesmente desagradáveis”, alimentando depois “o ciclo diário das notícias” (p. 11).

Não admira, por isso, que o *Washington Post*, ao observar os fenómenos crescentes do populismo radical, da desinformação e notícias falsas e, ainda, da crise de credibilidade das instituições, tenha, em 2019, publicado um desenvolvido artigo com o título “A democracia morre nas trevas”. A matéria procurava ser um alerta para um paradoxo contemporâneo: vivemos um tempo sem precedentes na capacidade de acesso e divulgação do conhecimento e, ao mesmo tempo, nunca foi tão evidente e preocupante a descrença na ciência. Ou seja, a própria liberdade de expressão e os valores da democracia possibilitam que esta seja, estratégica e malevolamente, corroída por princípios contrários àqueles em que assenta o edifício democrático.

É como se disséssemos que na vitalidade da democracia reside o seu maior risco e ameaça, no quadro, aliás, do pensamento de Rancière (2014), quando afirma que “a democracia, como forma de vida política e social, é o reino do excesso” (p. 17), o que nos sugere, nessa linha de análise, estabelecer uma analogia com o jornalismo, perguntando: estará no excesso de liberdade de opinião e de informação a sua maior ameaça enquanto prática profissional autónoma e livre?

A questão é muito mais complexa do que aparenta, pelo simples facto de que a mentira e a falsidade representam já um apreciável valor de mercado: em 2019, segundo o *Global Desinformation Index*, pelo menos 235 milhões de USD foram gerados a partir de anúncios veiculados em sites extremistas e de desinformação, tendência que é confirmada por um estudo, da mesma entidade, publicado em 2021, sobre o “negócio do ódio” (“*The business of hate*”). Acresce, ainda, que a naturalização do fenómeno das notícias falsas não conhece fronteiras nem temas e vem espalhando-se

como perigosa mancha de óleo à escala global (Mihailidis & Viotty, 2017; Silverman, 2016; Erickson, 2017; Rannard, 2017).

Poder-se-á, assim, sem alarmismos estéreis, afirmar que no atual ecossistema comunicacional o principal desafio que nos é colocado está intimamente relacionado com a ideia de preservação e aprofundamento do estado democrático. Daí, esta indagação acerca do papel do jornalismo e da sua relação com a *polis* e o que ele representa no quadro do pulsar coletivo. Mesmo sabendo, como alerta Brian McNair (2009), que não basta haver uma informação livre e de qualidade para que as opções e escolhas dos cidadãos sejam as mais acertadas. Na verdade, “muitas escolhas democráticas são feitas com base no preconceito e na ignorância” (McNair, 2009, p. 238).

Epidemia de ressentimentos

O antigo clamor das ruas movido pelo fundamentalismo cego do preconceito, que em 1763 levou Voltaire (2016) a escrever o seu Tratado sobre a tolerância, a propósito do caso Jean Calas, foi substituído pela exaltação irracional que as redes sociais hoje proporcionam. Pesquisas recentes apontam para a tendência de validação (e propagação) da informação, de acordo com as convicções e crenças de cada pessoa, a qual, por via dos algoritmos que medem, seletivamente, os conteúdos que deseja ver, estes são-lhe cirurgicamente servidos (Bakir & McStay, 2017; Pariser, 2017). No meio deste “nevoeiro de equívocos”, expressão de James Curran, acresce ainda o facto de hoje qualquer um(a) poder produzir e distribuir informação falsa (Southwell et al., 2018) ou apelar ao ódio e à contestação, em larga escala.

É ao olhar para este terreno minado que o cientista político norte-americano nascido na Alemanha, Yascha Mounk, não tem a menor dúvida acerca do impacto da tecnologia de comunicação digital nas práticas políticas. Em todo o caso, questiona-se se “(...) a política de influência dos difusores tradicionais de informação irá empoderar as pessoas comuns e impulsionar a democracia — ou já causou estrago ao dar aos populistas a plataforma de que precisavam para envenenar a nossa política?” (2019, p. 206).

Não obstante a sua preocupante atualidade, a questão é antiga. Em 1967, Theodor Adorno, em conferência proferida em Viena para a União dos Estudantes Socialistas Austríacos, intitulada “Aspectos do novo radicalismo de direita” e posteriormente publicada em livro (2020), analisou o ressurgimento dos movimentos radicais de direita, tendo por referência a ascensão do Partido Nacional-Democrata da Alemanha (NPD), de matriz nazi, que em 1964 conseguira resultados surpreendentes na então República Federal da Alemanha.

Adorno apontava, então, o recurso à mentira e veiculação sistemática de informações falsas como instrumentos de ação da direita radical. Meio século depois, como observa Mounk (2019), são ainda os populistas e radicais de direita que melhor exploram as tecnologias “para fazer tudo o que for necessário para serem eleitos — mentir, confundir e incitar o ódio contra os demais cidadãos” (p. 219). Pois bem, quando atualmente passamos duas vezes mais tempo conectados do que em 2008, expomo-nos mais facilmente a uma variedade de informações, frequentemente não verdadeiras (Wardle & Derakshan, 2017), o que torna ainda mais complexa a informação, a capacidade de atuação das instituições e a relações em sociedade.

Ontem como hoje, os processos e as manipulações com recurso ao boato e à falsidade, agora tão acessíveis a cada um, são reveladores de uma inequívoca degradação de valores. Tais práticas inscrevem-se em nosso entender, no âmbito de uma irracionalidade comportamental que, à semelhança do sono profundo dos sonâmbulos de que nos fala Broch (2018), misturam realidade com sonho e ilusão, sempre em estado de negação. Como se fora uma epidemia de ressentimentos (Figueira, 2023).

Referências

Adorno, T. W. (2020). *Aspetos do novo radicalismo de direita*. Lisboa: Edições 70.

Asp, K. (2007). "Fairness, Informativeness and scrutiny. The role of the news media in democracy". In *Nordicom Review*, pp. 31-49.

Bakir, V., & McStay, A. (2017). Fake news and the economy of emotions: problems, causes, solutions. *Digital Journalism*, 6(2), pp. 154-175.

Bradshaw, P. (2014). *Instantaneidade: efeitos da rede, jornalistas mobile, consumidores ligados e o impacto do consumo, produção e distribuição*. João Canavilhas (Org.), *Webjornalismo. 7 Características que marcam a diferença*, pp. 111-135. Covilhã: LabCom, Universidade da Beira Interior.

Broch, H. (2018). *Os sonâmbulos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Bucci, E. (2021). *A superindústria do imaginário. Como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível*. São Paulo: Autêntica.

Erickson, A. (2017). How fake news helped shape the Catalonia independence vote. *Washington Post*, outubro 19.

Fidalgo, J. (2004). *Em nome do leitor. As colunas do provedor do "Público"*. Coimbra: Minerva.

Figueira, J. (2023). *Da incerteza como princípio: jornalismo, democracia, decadência da verdade*. Covilhã: LabCom, Universidade da Beira Interior.

Giddens, A. (2010). *O mundo na era da globalização*. Lisboa: Presença.

Han, B-C. (2022). *Não-Coisas: transformações no mundo em que vivemos*. Lisboa: Relógio D'Água.

Innerarity, D. (2016). *A política em tempos de indignação*. Lisboa: D. Quixote.

Innerarity, D. (2021). *Uma teoria da democracia complexa*. Lisboa: Ideias de Ler.

McNair, B. (2009). Journalism and democracy. Karin Wall-Jorgensen e Thomas Hanitzsch (Edts.). *The hand book of journalism studies*, pp. 237-249. NY: Routledge.

Mihailidis, P., & Viotty, S. (2017). Spreadable spectacle in digital culture: civic expression, fake news, and the role of media literacies in "post-fact" society. *American Behavioral Scientist*, 61(4), pp. 441-454.

Mounk, Y (2019). *O povo contra a democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.

Murray, D. (2020). *A insanidade das massas. Como a opinião e a histeria envenenam a nossa sociedade*. Porto Salvo: Edições Saída de Emergência.

Pariser, E. (2017). *El filtro burbuja: cómo la red decide lo que leemos y lo que pensamos*. Barcelona: Penguin Random House Group Editorial.

Patterson, T. (2002). Os media como actores políticos. In: *Media Jornalismo e democracia*, pp. 33-43. Lisboa: Livros horizonte.

Pessoa, F. (1966). *Páginas íntimas e de auto-interpretação*. Lisboa: Edições Ática.

Pulitzer, J. (2011). *Sobre el periodismo*. Madrid: Gallo Nero.

Rancière, J. (2014). *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo Editorial.

Rannard, G. (2017). How fake news plagued 2017. *BBC News*. Acessível em: <https://www.bbc.com/news/world-42487425>

Silverman, C. (2016). Lies, dam lies, and viral content: how news websites spread (and debunk) online rumours, unverified claims, and misinformation. *Tow Center for Digital Journalism*, February. Columbia Journalism School.

Southwell, B. G., Thorson, A., & Sheble, I. (Eds.) (2018). *Misinformation and mass audience*. Austin: University of Texas Press.

Voltaire (2016). *Traité sur la tolérance*. France: Bibebook.

Wardle, C., & Derakshan, H. (2017). *Information disorder. Toward an interdisciplinary framework for research and policymaking*. Council of Europe Report.